



Opinião

A revolução tranquila nos portos portugueses



JOSÉ LUIS MOREIRA DA SILVA
Partner da SRS Advogados

A maior parte dos portugueses não tem noção do que vem acontecendo nos portos portugueses nos últimos tempos nem tem qualquer ideia sobre a grande revolução anunciada para o seu futuro próximo, e é pena.

Os nossos portos têm sabido ser os polos mais dinâmicos da economia portuguesa e os responsáveis pelo 'boom' das exportações nacionais, que tanto jeito fez para ultraparmos a crise económica e financeira.

No período de 2005 a 2015 o movimento total de mercadorias nos portos cresceu mais de 40%, atingindo um valor superior a 88 milhões de toneladas, sendo que na carga contentorizada esse crescimento atingiu mesmo proporções astronómicas, de mais de 200%. Nos anos de maior crise, de 2011 a 2015, o crescimento da movimentação de cargas nos portos nunca parou de crescer ano após ano, muito contribuindo para o elevar dos números das exportações nacionais, já que a maior parte das nossas exportações é feita por via marítima.

O Governo, para os próximos dez anos, tem prevista uma estratégia de crescimento igualmente ambiciosa, apostando num crescimento na década de quase 90%. Para atingir essa meta pretende que sejam realizados investimentos superiores a 2,6 mil milhões de euros, eminentemente por parte do setor privado, com apoios de alguns fundos europeus e de comparticipação nacional, mas em valor inferior a 20% do total.

O crescimento da carga movimentada far-se-á com a criação de novos terminais de contentores em Sines e Leixões, a expansão dos existentes e a criação de novos terminais intermodal e multimodal em Aveiro e Lisboa, também com a melhoria geral das acessibilidades marítimas de acordo com as novas necessidades de dimensão dos navios. Mas os projetos incluem ainda uma dinamização da parte tecnológica e ambiental dos portos, com a Janela Única Logística e a total digitalização dos serviços, dando dimensão global aos portos e integrando-os na operação logística com os portos secos, e com o incremento da utilização de gás natural pelos navios, num conceito cada vez mais atual de 'green shipping'.

Tudo isto exige que acordemos para esta dinâmica e não a deixemos passar ao lado, só beneficiando as empresas de outros países. É desolador ver cada vez menos empresas portuguesas a atuar nos portos, na operação portuária, na prestação dos mais diversos serviços marítimos ou como armadores.

Um investimento e uma estratégia desta dimensão exige uma atenção redobrada por parte das empresas para se posicionarem na linha de partida e não perderem o barco, ficando apenas a "ver navios" e mais uma vez a queixarem-se de que a economia azul tão falada não tem reflexos na economia nacional.

As oportunidades estão presentes, resta saber quem tem capacidade de ver o futuro. ●



MÁRIO FERNANDES

Diário da República A luxúria no jornalismo republicano

As inúmeras sugestões de leituras estivas que por estes dias assaltam as páginas dos jornais não têm por costume incluir a concorrência, em particular os jornais oficiais, desde logo o patriótico Diário da República. O leitor amigo poderá pensar que a forma do jornal diário com maior número de leitores é pouco adequada às idas à praia, grossa de muitas centenas de páginas encadernadas em carneira, com o ano, o mês e a série marcados a ferro e dourados. Erro perdoável ao leitor que décadas a fio se cruzou, em toda e qualquer repartição pública, com as estantes ajouçadas de DR's quando não de Diários do Governo (assim mesmo, nasal e circunflexo, de acordo com as estatísticas da origem da produção legislativa e a vontade de Governo por parte do Estado Novo), mais raro o Diário de Lisboa (que se publicou de 1860 a 1868), tendo sucedido à Gazeta do Governo (nome hoje improvável no tempo da ditadura do marketing) e esta dobrado a sorte da Gazeta de Lisboa, a mais antiga versão do jornal oficial da Lusitânia.

Por via dos costumes simplificados, em 2006 o DR deixou de engrandecer as estantes das repartições e passou a ter em exclusivo uma edição electrónica. Pode assim o leitor juntar-se aos milhares de banhistas que mesmo durante as férias continuam a seguir por via de um qualquer gadget electrónico as notícias da República que verdadeiramente interessam: a cessação do vínculo laboral do funcionário Atanásio por óbito do mesmo, a lista dos novos beneficiários da Caixa Geral de Aposentações e o quanto que cada um vai receber na vida que sobra, a quase infindável lista dos candidatos a integarem os quadros de um qualquer Ministério e, se a sorte e o encarregado de protecção de dados de serviço o permitirem, a nota que a cada um obteve nas provas de acesso à promissora carreira.

Não julgue o leitor amigo que os jornais oficiais se ocupam apenas de quadrilheiras da função pública presente, passada e futura. De todo. Os jornais oficiais têm redacções pujantes de talentosos colaboradores que dominam todos os géneros da arte poética, ainda que assinando sob pseudónimo. Mesmo os que no passado se trancavam no Cabinet des curiosités. Como este belo exercício em torno do fetichismo, colhido no Jornal Oficial da

União Europeia: Diretiva Delegada (UE) 2018/737 da Comissão, de 27 de Fevereiro de 2018, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso científico e técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita a uma isenção aplicável ao chumbo em soldas para soldadura a condensadores cerâmicos multicamadas, de forma discorde ou em matriz plana, maquinados por orifício. ●

